



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.42.118.A009>

Monogamia como pilar de sustentação da violência e dos feminicídios conjugais: uma revisão integrativa de literatura

Monogamy as a Pillar of Support for Violence and Conjugal Femicides: An Integrative Literature Review

Monogamia como pilar de sustentación de la violencia y los femicidios conyugales: una revisión integradora de literatura

Camila Maffioletti Cavaler
Universidade Federal de Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0003-2417-8017>
camilamaffioleticavalier@gmail.com

Adriano Beiras
Universidade Federal de Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0002-1388-9326>

Marieli Mezari Vitali
Universidade Federal de Santa Catarina
<http://orcid.org/0000-0003-0052-7788>

Resumo

Este estudo é uma revisão integrativa que teve como objetivo identificar como a literatura científica aborda a relação entre monogamia e violências/feminicídios conjugais. A coleta de dados foi realizada em seis bases de dados, sendo elas: B-on, BVS, Pubmed, Redalyc, Scielo e Wiley. Os descritores foram “Violência contra mulheres” AND monogamia; feminicídio AND monogamia; e femicídio AND monogamia, com suas respectivas traduções em inglês e espanhol. Dos 114 estudos iniciais, somente sete foram selecionados. Os resultados foram agrupados a partir da análise de conteúdo categorial, formando as categorias: “violência”, “gênero”, “monogamia”,

“amor romântico como causa da violência”, e, “estratégias de enfrentamento a violência”. Conclui-se que apesar de os sete artigos analisados serem unânimes em relacionar a violência contra mulheres/feminicídios com a monogamia, esta última tende a ser pouco explorada enquanto um sistema normativo. Salientamos a necessidade de, cada vez mais, colocar em evidência a correlação entre mononormatividade e violências/feminicídios.

Palavras-chave: *monogamia; mononormatividade, violência contra mulheres, feminicídio.*

Abstract

This study is an integrative review that aimed to identify how the scientific literature addresses the relationship between monogamy and domestic violence/femicides. Data collection was conducted in six databases: B-on, BVS, Pubmed, Redalyc, Scielo, and Wiley. The descriptors used were "Violence against women" AND monogamy; femicide AND monogamy; and femicide AND monogamy, with their respective translations in English and Spanish. Out of the initial 114 studies, only seven were selected. The results were grouped based on categorical content analysis, forming the categories: "violence," "gender," "monogamy," "romantic love as a cause of violence," and "strategies to cope with violence." It is concluded that, despite the unanimous correlation found in the seven analyzed articles linking violence against women/femicides to monogamy, the latter tends to be underexplored as a normative system. The need to increasingly highlight the correlation between mononormativity and domestic violence/femicides is emphasized.

Keywords: *monogamy; mononormativity; violence against women; femicide.*

Resumen

Este estudio es una revisión integradora que tuvo como objetivo identificar cómo la literatura científica aborda la relación entre monogamia y violencia/feminicídios conyugales. La recolección de datos se llevó a cabo en seis bases de datos, a saber: B-on, BVS, Pubmed, Redalyc, Scielo y Wiley. Los descriptores fueron "Violencia contra mujeres" Y monogamia; feminicidio Y monogamia; y feminicidio Y monogamia, con sus respectivas traducciones en inglés y español. De los 114 estudios iniciales, solo se seleccionaron siete. Los resultados se agruparon a partir del análisis de contenido categórico, formando las categorías: "violencia", "género", "monogamia", "amor romántico como causa de la violencia" y "estrategias de afrontamiento a la violencia". Se concluye que, a pesar de que los siete artículos analizados son unánimes al relacionar la violencia contra mujeres/feminicídios con la monogamia, esta última tiende a ser poco explorada como un sistema normativo. Se destaca la necesidad de poner cada vez más de manifiesto la correlación entre mononormatividad y violencia/feminicídios.

Palavras-chave: *monogamia; mononormatividad, violencia contra mujeres, feminicidio.*

Introdução

“Desde os tempos antigos é assim, a mulher adúltera era apedrejada, cortada a ponta do nariz fora e exposta dentro da cidade. Pra mim ainda é assim, eu não digo que tô vivendo o passado, mas eu tenho a mesma ideia” (Cavaler, 2021, p. 82). O trecho aqui apresentado faz parte da dissertação de mestrado da primeira autora e se refere à opinião de um homem encarcerado por feminicídio a respeito da traição cometida por sua esposa. Na ocasião, esse participante culpou a vítima pela própria morte e mencionou ainda que a traição feminina não é aceita por nenhum homem, usando como exemplo seus companheiros de cela e homens instruídos academicamente, como promotores e juízes.

De fato, a traição feminina, assim como o ciúme e a tentativa de separação, confere certa inteligibilidade ao crime de feminicídio, sendo estas as principais justificativas apresentadas na literatura para o crime (Falkof, 2017; Caicedo-Roa et al., 2019; Dobash e Dobash, 2016; Karbeyaz et al., 2018; Meneghel e Margarites, 2017; Moreschi et al., 2016; Ruiz, 2019; Cavaler, Souza & Beiras, 2022). Mas, não apenas os autores de feminicídio tendem a se ancorar nessas justificativas e culpabilizar a vítima pelo próprio assassinato. Verônica Bem dos Santos e Matilde Castellano (2020), ao analisarem um feminicídio ocorrido em Lages-SC no ano de 2018, problematizam a negativa do senso comum em reconhecer uma mulher adúltera na categoria de vítima. O caso mencionado diz respeito ao assassinato de Maria E., que teve seu corpo encontrado enterrado próximo à horta de casa, o autor desferiu um golpe de faca em seu rosto, após supostamente encontrá-la com um amante. Nos comentários da notícia pode-se ler: “se tivesse levado uma vida correta ao lado do marido ao qual escolheu não teria morrido” (Santos & Castellano, 2020, p. 142).

Tal discurso demonstra que o feminicídio tem uma inteligibilidade compartilhada socialmente. Como mostrou Cavaler (2021), há uma rede discursiva, formada pelo Estado, religiões, práticas morais e jurídicas, que, com seus enunciados históricos, tendem a legitimar esse crime. Mesmo nos casos em que o controle sobre o corpo feminino não resulte em feminicídio, a infidelidade tem sido o mote para inúmeros casos de violência. No ano de 2010, a Fundação Perseu Abramo (FPA), realizou uma pesquisa nacional em que entrevistou aproximadamente 2,4 mil mulheres e 1,2 mil homens de todas as regiões do Brasil com o objetivo de analisar os dados de violência doméstica. A partir desses resultados e da posterior análise do pesquisador Gustavo Venturi (2014), foi possível identificar que 46% das mulheres e 40% dos homens relataram ser o ciúme e o controle da fidelidade os principais desencadeadores da violência conjugal. O autor argumenta que

as principais motivações para a violência estão ancoradas na instituição da monogamia enquanto dispositivo normativo, problematizando o limite que separa o “quem ama cuida” do “se você não for minha, não será de mais ninguém”.

Cabe mencionar que, ao falar da influência do sistema monogâmico sobre os crimes contra as mulheres, estamos falando especialmente da monogamia feminina, visto que o rompimento dos homens com tal norma é algo esperado (e incentivado) em sociedades patriarcais como a nossa (Bard, 2018; Del Priore, 2019). Ao analisarmos a história da monogamia - sim, ela tem uma história e não é inata ao comportamento humano - observamos que ela se inseriu socialmente como um projeto na medida em que foi preciso reorganizar o sistema de heranças de forma patrilinear. A partir do momento que os homens perceberam a necessidade de deixar suas riquezas para seus descendentes, a monogamia feminina precisou ser instituída. Era preciso garantir que os filhos fossem do homem, o que foi feito com o rígido controle da castidade feminina (Engels, 2020).

A monogamia, portanto, não é um sistema a-histórico e universal, ela é datada e fruto da imposição colonial européia-católica frente aos demais continentes colonizados. Geni Núñez (2023), em sua pesquisa nas cartas jesuíticas, narra que o Padre José de Anchieta esboçava espanto ao afirmar que jamais vira um homem indígena assassinando ou agredindo sua companheira motivado por adultério. A pesquisadora argumenta que não sendo o adultério cristão algo que fazia parte da cosmovisão indígena, não fazia sentido para aqueles povos cometerem um crime cuja motivação moral nem mesmo estava colocada. Vania Moreira (2018) relata que os jesuítas dedicaram especial atenção à não-monogamia indígena. Sem o sacramento do casamento, a conversão indígena ao catolicismo não poderia ser realizada. Foi preciso inculcar, violentamente, a percepção de vergonha, culpa e remorso por comportamentos que fugissem da moralidade cristã, como as relações afetivo-sexuais múltiplas.

Desde então, a monogamia tem sido produzida como uma norma social, a qual Pieper e Bauer (2005) chamam de mononormatividade. Mais do que uma escolha relacional, a monogamia é anunciada/promovida como efeito do discurso do Estado, das legislações (que ditam verdade sobre os matrimônios, os seguros sociais e sistemas de aposentadoria, e mesmo criminalmente), da religiosidade (e sua promessa de um inferno cruel para os imorais), da psiquiatria (através da patologização das sexualidades desviantes), e de muitas outras instituições que garantem a manutenção da monogamia mesmo que seu efeito sejam as inúmeras violências contra mulheres.

Nesse sentido, a mononormatividade é articulada socialmente através do que Foucault entende como dispositivo (Foucault, 2018), pois, além de ser ordenada pelo Estado através dos discursos legislativos, tem amplo apelo social na medida em que se insere em uma rede de poder heterogênea regulada pela moral. Alguns operadores do direito têm apelado para a monogamia como garantia de ordem pública, afirmando que contratos afetivo-sexuais que fogem deste mandato são contra a “moral” e a “dignidade das mulheres” (Pilão, 2021). A ordem pública se converte então em estratégia biopolítica que usa do controle moral para a regulação da vida (Navarro, 2021). Mas teriam mulheres e homens suas vidas reguladas pela mononormatividade da mesma forma? Considerando as principais motivações para os crimes de feminicídio, estaríamos realmente protegendo a dignidade das mulheres através da mononormatividade?

Desde a inserção da monogamia como norma, é possível observar inúmeros relatos de mulheres consideradas adúlteras sendo levadas à morte de forma legalmente instituída, como no caso da legislação romana no período clássico (Azevedo, 2019) e de feminicídios justificados por defesa da honra (Pimentel, Pandjarian & Belloque, 2006). No entanto, o processo histórico que retirou o direito da mulher sobre o seu próprio corpo parece não ter incidido da mesma forma sobre os homens. Enquanto para as mulheres manter relações afetivo/sexuais com vários parceiros é considerado uma grave falha moral, para os homens a multiplicidade de parceiras é lida como sinônimo de virilidade (Engels, 2020). A não adesão da exclusividade sexual pelos homens é um dos pilares de sustentação do patriarcado, visto que, prova-se virilidade na medida em que se colecionam corpos femininos hipersexualizados, ou seja, a manutenção do sistema precisa de homens com diversas parceiras, assim como precisa de mulheres castas.

Como os homens, supostamente, não conseguem controlar seu desejo sexual, foi preciso uma cisão entre as mulheres respeitáveis e as mulheres para o divertimento. Tal cisão usa de sistemas de opressão como raça e classe para definir quais mulheres pertencerão a cada uma dessas categorias. No Brasil colônia, o casamento monogâmico era reservado para as mulheres brancas burgueses, enquanto mulheres negras e indígenas eram relegadas ao sexo casual, tendo seus corpos explorados duplamente pela elite branca: ora para o trabalho, ora para o sexo (através do estupro, em muitos casos) (Del Priori, 2019). Se a produção da feminilidade branca esteve historicamente ligada a pureza e castidade foi porque o corpo da mulher negra esteve à mercê da exploração sexual pelo homem branco (Davis, 2016). Criar essa cisão foi uma estratégia necessária para manter

o poder dos homens no casamento e garantir que eles continuassem se servindo sexualmente das mulheres.

A exclusividade sexual masculina, portanto, não era uma prática comum em casais que adotavam a monogamia. No entanto, mesmo com a participação dos/as amantes, este modelo conjugal continua sendo reconhecido socialmente como o mais legítimo. A monogamia é um sistema de pensamento que organiza as relações sociais e, especialmente para as mulheres, incide como uma promessa de felicidade. Autoras como Gómez (2013), Vasallo (2022) e Núñez (2023) denunciam como o desejo de ter uma família e viver um grande amor tem sido terreno fértil para inúmeras violências contra mulheres. O amor romântico é apontado por Vasallo (2022) como a armadilha básica dos relacionamentos, pois cria uma situação de dependência emocional perversa que faz com que maus tratos sejam percebidos como excesso de cuidado e zelo.

Os dados de feminicídio podem ser um dos principais indicadores do quanto a vida conjugal pode ser perigosa para as mulheres. No Brasil, no ano de 2022, 73% dos feminicídios foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros das vítimas, sendo que sete em cada dez mulheres foram mortas em suas residências (FBSP, 2023). Tal fato mostra que o lar, espaço entendido pelo direito como lugar de garantia da dignidade humana, é um local de risco à vida das mulheres.

Na Pai (2011) argumenta que mesmo com evidências robustas para amparar a relação entre mononormatividade e feminicídios, as pesquisas sobre violências contra mulheres tendem a invisibilizar a monogamia, atentando-se ao machismo como explicação única para tais violências. Diante disso, o objetivo desta revisão é identificar como a literatura científica aborda a relação entre monogamia e violências/feminicídios conjugais.

Método

Esta pesquisa de natureza qualitativa é uma revisão integrativa de literatura que faz parte dos estudos que compõem a tese de doutorado da primeira autora, e tem como objetivo identificar como a literatura científica aborda a relação entre monogamia e violências/feminicídios conjugais. Por ser um tema pouco explorado no âmbito científico brasileiro, é considerado um estudo exploratório. A revisão integrativa seguiu os passos pressupostos por Ganong (1987), portanto, inicialmente o tema foi definido em conformidade com o objetivo principal deste artigo.

O passo seguinte foi a definição das bases de dados, sendo elas: 1) B-on; 2) BVS; 3) Pubmed; 4) Redalyc; 5) Scielo; e 6) Wiley. Estas bases foram definidas a partir do acesso aberto aos seus artigos e também para contemplar uma ampla distribuição a nível mundial. As palavras-chaves de busca foram definidas após alguns testes, onde foi possível identificar que três combinações de palavras forneciam melhores resultados, sendo eles em português: “Violência contra mulheres” AND monogamia; feminicídio AND monogamia; e femicídio AND monogamia. Novamente, a fim de abranger mais resultados, foram realizadas as buscas também em espanhol e em inglês, que correspondem as seguintes palavras-chave: o primeiro, "violencia contra las mujeres" AND monogamia; feminicidio AND monogamia; femicidio AND monogamia, o segundo, “violence against women” AND monogamy; femicide AND monogamy; femicide AND monogamy. Foram selecionados artigos que contivessem as palavras chaves em qualquer parte do texto.

Os critérios de inclusão dos estudos foram: artigos que abordassem violência contra mulher ou feminicídio com a questão da monogamia, artigos empíricos e teóricos, nos idiomas português, espanhol ou inglês. Não foi estabelecido critério temporal (a coleta dos dados foi realizada em outubro de 2023). Foram excluídos materiais publicados em outros formatos que não artigos científicos e artigos que abordavam somente um dos tópicos de interesse do estudo (por exemplo, somente violência, feminicídio ou monogamia).

As informações de interesse nos artigos selecionados corresponderam à duas modalidades: 1) caracterização dos estudos: ano, autores, idioma, método empregado e e resultados encontrados; e 2) temas/conteúdos: buscaram-se conteúdos ao longo de todo o texto dos artigos selecionados que apresentassem a correlação entre violência contra as mulheres/feminicídio e monogâmia.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011), e foi estruturada a partir de três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material, e 3) tratamento dos resultados. A primeira etapa consiste na leitura dos artigos e seleção cuidadosa dos arquivos que compuseram a análise; a segunda etapa tem por objetivo a criação de categorias; e por fim, a etapa de tratamento dos resultados é voltada para a interpretação das categorias formuladas na segunda etapa.

Resultados

As buscas nas bases de dados totalizaram inicialmente 114 estudos. A partir de uma avaliação dos títulos, foram excluídos os artigos repetidos, os que estavam em idiomas não correspondentes à proposta da pesquisa, e os estudos em formato diverso de artigo. Em seguida, foi realizada a leitura dos resumos dos itens restantes, a fim de excluir os que não se relacionavam ao tema, restando sete artigos para a presente revisão de literatura. A Figura 1 apresenta o diagrama de seleção dos estudos.

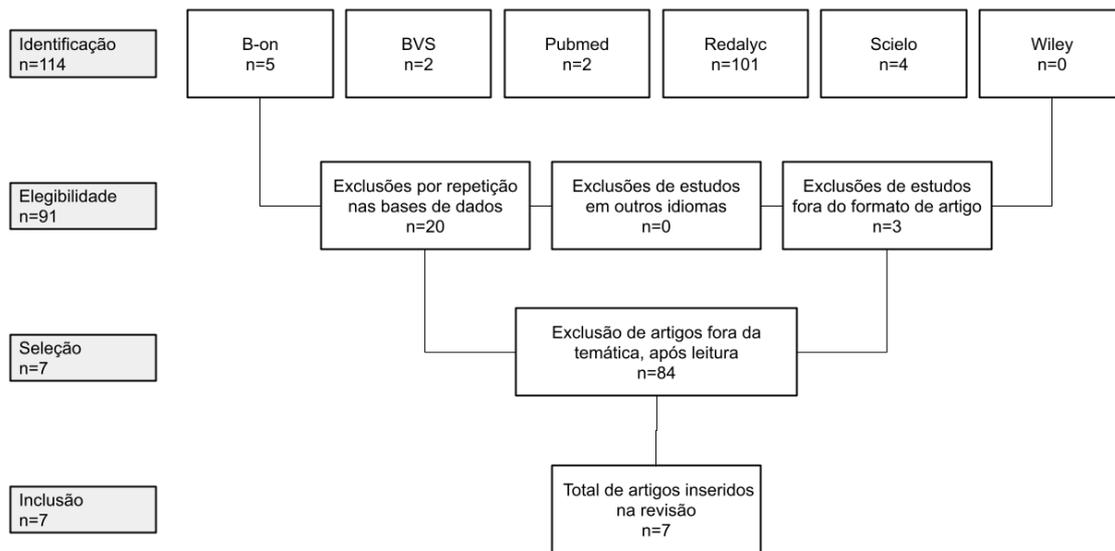


Figura 1. Diagrama da seleção dos estudos.

Dos sete artigos selecionados, cinco foram escritos em espanhol (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Redondo, 2019; Berger, Karpel, Lejbowicz & Racki, 2021; Mares, 2022) e dois em português (Azevedo, 2019; Souza, Alves & Beiras, 2021). Em relação à metodologia utilizada, cinco se tratam de ensaios teóricos (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Azevedo, 2019; Redondo, 2019; Berger et al., 2021; Mares, 2022), um utiliza metodologia qualitativa com entrevista em profundidade (Bard, 2018), e o último se trata de uma revisão integrativa de literatura (Souza, Alves & Beiras, 2021). Os artigos foram publicados entre os anos de 2016 e 2022.

Quadro 1. Apresentação dos artigos inseridos na revisão.

Autores Base de dados	Título	Objetivo	Principais achados/argumentos
Marcela Gonzalez-Barrient; Stefania Napolitano, (2016) <u>Redalyc</u>	El sueño amoroso y sus lógicas de guerra. Notas psicoanalíticas sobre el amor, el deseo y el odio	Problematizar o mito da complementariedade romântica que estabelece os membros do casal como duas metades de um único corpo.	Argumentam que amor romântico é um paliativo para o medo da solidão, e uma forma de alienação. O sonho do amor, revela o ódio primordial pelo outro, a função de suporte narcisista do parceiro. Consideram a violência contra mulheres na conjugalidade como produto da ordem simbólica e patriarcal de recusa em aceitar a alteridade.
Gabriela Wigdor Bard (2018) <u>Redalyc</u>	Las violencias romantizadas: masculinidades hegemónicas en el capitalismo tardío y heteropatriarcal	Refletir sobre a masculinidade hegemônica, a partir da maneira pela qual, homens heterossexuais e cisgêneros vivenciam o significado de amor romântico, sexualidade e relacionamento conjugal.	Observou-se que o amor romântico heteropatriarcal é um mito central nas relações afetivo-sexuais que fortalece representações sobre quem é a mulher merecedora desse amor. Estas ficções de gênero tornam-se mandados para as mulheres com as quais estes homens estão vinculados, contribuindo para o surgimento de práticas e discursos violentos.
Dennis Redondo (2019) <u>Redalyc</u>	Recursos de legitimación en torno a prácticas encubiertas de dominación masculina en la sociedad costarricense. Subterfugios de una hegemonía en declive	Explorar elementos relativos às manifestações e dinâmicas da dominação masculina na atualidade.	Argumenta que o machismo é preservado a partir de componentes como a misoginia, o androcentrismo, a homofobia e o falocentrismo. Considera a importância de incentivar a consciência crítica dos homens para a construção de um sistema de gênero mais igualitário.
Sarah F. Lino de Azevedo (2019) <u>Redalyc</u>	A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual	Apresentar questões do debate conceitual em torno do termo “patriarcado”, principalmente aquelas debatidas por Engels e autoras marxistas do século XX.	Faz uma análise histórica sobre como a monogamia feminina tem servido como eixo estruturante do patriarcado. Aponta a legitimidade do assassinato feminino na Roma Antiga nos casos de adultério, bem como a exigência de comportamentos castos por parte das mulheres como forma de garantir a honra dos homens da família.
Andrea Berger, Patricia Karpel, Jacqueline Lejbowicz,	Una lectura posible de la violencia de género desde el psicoanálisis	Investigar o que leva determinados homens a agirem de forma violenta com as mulheres que lhes são companheiras.	Defendem que a violência ocorre pelo apego em dominar o outro. Descrevem um tipo de amor baseado na lógica de propriedade privada e monopólio, onde o medo de

Gabriel Racki (2021)			perder pode levar ao limite do assassinato. A superação deste modelo relacional estaria apoiada em uma ética que vislumbre um amor mais digno e libertador para homens e mulheres.
<u>Redalyc</u>			
Souza, Daniel; Alves da Silva, Mateus; Beiras, Adriano (2021)	Violência nas relações íntimas entre mulheres: revisão integrativa da literatura	Analisar a literatura sobre a violência por parceiro íntimo nas relações entre mulheres que fazem sexo com mulheres	Discutem aspectos culturais relacionados à VPI entre mulheres. Argumentam que elementos como ciúme e infidelidade, gerados por expectativas monogâmicas, também fazem parte de cenários de violência entre mulheres.
<u>Redalyc</u>			
Daniela Quintana Mares (2022)	Resocializar los vínculos para prevenir la violencia contra las mujeres. El amor libre como una alternativa relacional y comunicacional para eliminar la opresión de género	Propor uma nova forma de desenvolver vínculos a partir do amor e da liberdade, bem como relações além da heterossexualidade e da monogamia que foram impostas socialmente.	Defende o amor livre como forma relacional que subverte as hierarquias de gênero, libertando as mulheres da opressão patriarcal. Entende que a partir do amor livre estaremos adentrando em um modelo relacional que previne violência conjugal, visto que tais violências são consideradas pela autora como fruto da monogamia.
<u>B-on</u>			

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Após a leitura exaustiva dos sete artigos selecionados para a revisão, adentramos na fase de categorização dos achados. Os estudos formaram cinco categorias, sendo elas “*violência*” (sete artigos), “*Gênero*” (cinco artigos), “*Monogamia*” (cinco artigos), “*amor romântico como causa da violência*” (três artigos), e, por fim, “*estratégias de enfrentamento à violência*” (um artigo). A separação em categorias é uma forma didática de exploração do material analisado, mas os temas se atravessam de forma que mais de uma categoria possa ser nomeada em um mesmo trecho. Neste artigo, optou-se por utilizar os excertos que representam o conteúdo em apenas uma categoria.

Quadro 2. Categorização dos artigos

Título	Violência	Gênero	Monogamia	Amor romântico como causa da violência	Estratégias de enfrentamento a violência
El sueño amoroso y sus lógicas de guerra. Notas psicoanalíticas sobre el amor, el deseo y el odio	X	X	X	X	

Las violencias romantizadas: masculinidades hegemónicas en el capitalismo tardío y heteropatriarcal	X	X	X	X	
Recursos de legitimación en torno a prácticas encubiertas de dominación masculina en la sociedad costarricense. Subterfugios de una hegemonía en declive	X	X			
A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual	X	X	X		
Una lectura posible de la violencia de género desde el psicoanálisis	X		X		
Violência nas relações íntimas entre mulheres: revisão integrativa da literatura	X				
Resocializar los vínculos para prevenir la violencia contra las mujeres. El amor libre como una alternativa relacional y comunicacional para eliminar la opresión de género	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

A categoria “*violência*” aparece nos sete artigos analisados (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Redondo, 2019; Azevedo, 2019; Berger, Karpel, Lejbowicz & Racki, 2021; Souza, Alves & Beiras, 2021; Mares, 2022) e engloba estudos que apontam o ciúme masculinino, a lógica de propriedade privada e a quebra do contrato monogâmico por parte da vítima como razões que explicam a violência. Além disso, no estudo de Souza, Alves e Beiras (2021) foi possível identificar como a mononormatividade também produz violências entre mulheres que se relacionam com mulheres.

A categoria “*gênero*” é composta por trechos que problematizam como o processo de subjetivação feminina está historicamente atrelado à lógica monogâmica, e aparece em cinco dos sete artigos incluídos nesta revisão (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Redondo, 2019; Azevedo, 2019; Mares, 2022). Nas passagens categorizadas, é possível encontrar problematizações a respeito da divisão de mulheres “para o casamento” e “para a noite”, sendo a primeira uma mulher considerada “de valor” e supostamente merecedora do amor masculino, em detrimento da segunda que representaria um divertimento. Ser a mulher escolhida pelo homem, exige uma abdicação da própria individualidade, e uma vida destinada ao cuidado do outro.

A categoria “*monogamia*” teve destaque em cinco dos sete artigos analisados (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Azevedo, 2019; Berger, Karpel, Lejbowicz & Racki, 2021; Mares, 2022). Ocupa-se em mostrar os dispositivos históricos que tornaram a monogamia um modo relacional normativo, apontando os efeitos severos sobre a vida das mulheres, como humilhações, tortura e outras violências. Os artigos indicam que, ainda nos dias atuais, há uma necessidade de vigilância e submissão do corpo feminino, diferente dos homens, considerados biologicamente inclinados à infidelidade.

A categoria “*amor romântico como causa da violência*” foi criada com o objetivo de demonstrar a relação entre as expectativas românticas e a naturalização das violências conjugais, estando presente em três dos sete artigos (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Mares, 2022). Os trechos selecionados dizem respeito à promessa de felicidade representada pelo amor romântico, que em muitos casos, longe de atender às expectativas do casal, e especialmente das mulheres, torna-se o mote para violências.

Por fim, a categoria “*estratégias de enfrentamento a violência*” aparece em apenas um dos sete artigos analisados (Mares, 2022) e diz respeito à necessidade de buscarmos formas relacionais diferente da monogamia como estratégia de prevenção à violência conjugal. A autora defende o amor livre como alternativa relacional para a construção de uma sociedade com relações de gênero mais igualitárias e menos violentas.

Discussão

Conforme anunciado anteriormente, as cinco categorias elaboradas para apresentar os estudos são parte de uma estratégia didática que, através da fragmentação dos trechos, buscou extrair o principal conteúdo do material analisado. Contudo, é

importante que estejamos atentos a como as categorias se atravessam mutuamente. Podemos usar a categoria “violência” como exemplificação desse caso, ainda que tenhamos trechos específicos para representá-la, ao analisarmos os fragmentos de texto desta categoria é possível perceber que também são abordadas as normas de gênero, a monogamia e o amor romântico.

Nos trechos que representam a categoria “*violência*” (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Redondo, 2019; Azevedo, 2019; Berger, Karpel, Lejbowicz & Racki, 2021; Souza, Alves & Beiras, 2021; Mares, 2022) podemos observar uma discussão em torno da fidelidade obrigatória e da monogamia como forma de controle sobre o corpo feminino. A violação do código monogâmico pela mulher, segundo os textos analisados, fere diretamente a suposta honra masculina, já que ser o homem traído é motivo de vergonha perante os demais. “Na possibilidade de infidelidade, muitos homens encontram seus medos mais profundos [...] não se trata de apenas controlar sua companheira, mas também de garantir a reputação do próprio homem” (Redondo, 2019, p. 138 [tradução nossa]).

A violência como estratégia de manutenção da honra masculina é um elemento apontado exaustivamente pela literatura feminista (Pimentel, Pandjarian, & Belloque, 2006; Blay, 2008; Ramos, 2012; Eluf, 2017). Margarita Danielle Ramos (2012), argumenta que, desde o processo de colonização do Brasil, as mulheres têm sido incumbidas de, através de sua virtude, garantir a honra dos homens da família. A defesa da honra torna inteligível a violência e o assassinato feminino. Sob a máscara de crime passionais, homens têm usado a infidelidade feminina como tentativa de não condenação em processos de feminicídio (Eluf, 2017) ou na redução de tempo de reclusão para o crime (Pimentel, Pandjarian, & Belloque, 2006).

A “*violência*” está intrinsecamente relacionada a categoria “*gênero*” (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Redondo, 2019; Azevedo, 2019; Mares, 2022), visto que há um elo evidente entre violência contra mulheres e a expectativa de complementaridade das relações de gênero aqui apontadas. Gayle Rubin (1993) aponta que o sistema sexo-gênero transforma o sexo biológico em um produto, pois confere lugares diferenciados às pessoas de acordo com o genital do seu nascimento. O gênero, dessa forma, é compreendido como complementar, visto que a manutenção dos lugares de privilégio masculino é garantida na medida em que os homens se afastam de tudo que possa ser associado à feminilidade. Ademais, a submissão das mulheres é uma marca importante deste sistema, pois ao controlar/violentar o corpo feminino, passa-se uma

mensagem aos pares masculinos, demonstrando que a companheira é um território sob o seu domínio (Segato, 2014).

Os homens precisam da submissão das mulheres para conquistar *status* e respeito frente aos seus pares. Tal fato produz efeito direto no processo de subjetivação feminina. Moralidade e virtude tornam-se elementos essenciais para que uma mulher seja escolhida por um homem para o casamento (Bard, 2018). Na pesquisa realizada por Gabriela Wigdor Bard (2018), a qual faz parte desta revisão, os homens entrevistados argumentam que as “mulheres da noite” são *hobbies*, recreações sexuais que não servem ao amor romântico. Ademais, os entrevistados atribuem um olhar de desvalor para aquelas que são consideradas mais velhas, ou que estão “na noite” sem a companhia de um homem. Valeska Zanello (2018) tem denunciado como o amor se torna um dispositivo central no processo de subjetivação feminina. Para a autora, o ideal de mulher construído na cultura patriarcal direciona o desejo feminino para a necessidade de ser escolhida por um homem, como se fosse um produto em uma prateleira (prateleira do amor). Nessa lógica, a escolha está condicionada a determinadas características estéticas e morais que precisam ser atendidas pela mulher. Há uma evidente relação de poder que usa do desejo feminino em ser escolhida para submeter as mulheres a normas morais que as desfavorecem.

A *monogamia*, categoria elabora a partir de cinco dos sete artigos analisados (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Azevedo, 2019; Berger, Karpel, Lejbowicz & Racki, 2021; Mares, 2022), é apontada como um dos pilares de submissão feminina. Os textos discutem como a centralidade do casamento monogâmico na vida das mulheres, herança da colonização, tem produzido inúmeras violências para elas. Ao abordar o contexto histórico da instituição da monogamia na Roma Antiga, Azevedo (2019) relata que não era esperado do homem uma fidelidade recíproca. Sendo a monogamia feminina uma garantia do sistema de heranças patrilinear, não haviam justificativas lógicas para privar o homem de outros contatos sexuais. Contudo:

Este caráter unilateral da monogamia patriarcal colocava a mulher como um agente que poderia causar uma disrupção na ordem e hierarquia social. Excetuando as prostitutas, toda e qualquer mulher poderia cometer adultério. Toda mulher, portanto, representava uma ameaça nesse sentido (Azevedo, 2019, p. 11).

Foi preciso, portanto, criar uma contínua vigilância sobre o corpo feminino, a qual se estende até os dias atuais. Mary Del Priore (2019), ao escrever sobre a história do amor no Brasil, argumenta que a monogamia era um atributo esperado exclusivamente das mulheres, já a falta de fidelidade masculina era compreendida como um mal inevitável.

Os achados da historiadora demonstram que, mesmo com a distância temporal entre os dois eventos (Roma Antiga x Colonização Brasileira), a monogamia feminina se manteve como norma. Produz-se assim, segundo Gómez (2013), um duplo padrão sexual: as mulheres, supostamente, são monogâmicas e não têm apetite sexual, já os homens são, por natureza, promíscuos e com grande potência sexual. Contudo, enquanto para eles a suposta necessidade fisiológica naturaliza a quebra do contrato monogâmico, para elas esse rompimento pode significar um risco real de assassinato (Cavaler, 2021, Vasallo, 2022, Núñez, 2023).

Ainda que esse sistema represente perigo à vida das mulheres, a monogamia se mostra como uma promessa de felicidade e é instituída como norma relacional através de diferentes enunciados que atravessam nossa subjetivação (Na Pai, 2011; Gómez, 2013; Mogrovejo, 2019; Gonçalves, 2021; Vasallo, 2022; Núñez, 2023). Os casais de cinema nos seduzem com seu romantismo, compramos histórias e nos vendem ideologias, visões de mundo, nos ensinam o que é normal, desejável, e o que não é (Gómez, 2013). Brigitte Vasallo (2022) chama a atenção para como a promessa de amor pode ser uma emboscada para a violência conjugal. A idealização do outro e a euforia do apego inicial criam um elo emocional difícil de quebrar. Mulheres podem se submeter durante anos a relações violentas na esperança de que um dia o parceiro volte a ser a figura idealizada do início do relacionamento. As memórias românticas, atravessadas pelas expectativas de gênero, são um dos marcadores importantes para a manutenção da violência conjugal.

É nesse sentido que é possível extrair de três dos sete artigos desta revisão (Gonzalez-Barrientos & Napolitano, 2016; Bard, 2018; Mares, 2022) a categoria “*amor romântico como causa da violência*”. Para Marcela González-Barrientos e Stefania Napolitano (2016), a situação de enamoramento gera o desinvestimento de si em prol do parceiro idealizado, levando a um processo voluntário de sacrifício, de invisibilização e apagamento do eu. A partir disso, o domínio do amor e da sexualidade se tornam o lugar em que a violência encontra sua forma de ação por excelência, pois são nessas relações que nos doamos mais e mais (González-Barrientos & Napolitano, 2016).

Embebidos/as de comédias românticas, filmes hollywoodianos, músicas, novelas, literatura e demais elementos culturais que levam a idealizações amorosas, passamos a acreditar que amor e sofrimento caminham lado a lado, que “sinônimo de amar é sofrer”¹,

¹ Trecho de Sinônimos, canção brasileira composta por Paulo Sérgio Valle, Cláudio Noam e César Augusto, interpretada por Chitãozinho e Xororó e Zé Ramalho.

e que o ciúme é uma prova de amor (Nascimento & Cordeiro; Gomes, 2013; Oliveira et al. 2016; Vasallo, 2023). Como elemento relacional comum, o ciúme é usado como estratégia de domínio e obediência pelo casal monogâmico. A violência produzida pelo ciúme pode ocorrer de maneira direta ou indireta. Em relação a esta última, Núñez (2023) salienta como a auto-punição tem sido instrumentalizada para produzir uma torção discursiva entre a pessoa violentada e aquele que pratica a violência. Ao usar da manipulação, o/a parceiro/a abusivo faz com que a outra parte se sinta culpada por não atender às suas expectativas na relação. De acordo com a autora, “...muitas vezes a forma mais eficaz de chantagear alguém é demonstrar um sofrimento intenso quando essa pessoa desobedece ao cerceamento” (Núñez, 2023, p. 127).

Experimentamos o amor através da naturalização do outro como propriedade, do controle do corpo e do afeto de nossos parceiros, do medo que uma terceira pessoa entre na relação e destrua nossas idealizações. O amor romântico, sustentado a partir desses elementos, tem sido um terreno fértil para a violência contra as mulheres. Não é por acaso que os feminicídios têm como principal autor o companheiro ou ex-companheiro da vítima (FBSP, 2023), e também não é por acaso que as principais justificativas utilizadas para dar inteligibilidade ao crime sejam o ciúme, a infidelidade e a tentativa de separação por parte da vítima (Cavaler, Souza & Beiras, 2022).

O amor romântico é o pilar que na modernidade sustenta a monogamia. Ele é atravessado por idealizações sobre o outro, gerando expectativas relacionais que aniquilam a subjetividade do/a parceiro/a para que este/a atenda aos desejos de um amor de base capitalista. Construimos nosso ideal de amor com referência na propriedade privada, na posse do desejo e do corpo de nossos/as parceiros/as, na competitividade e na violência, Coral H. Gómez (2013) chama a este modelo relacional de “capitalismo romântico”. É importante diferenciarmos o amor romântico das relações com romance, entrega e afeto. Ao tecer críticas ao amor romântico não se espera que as gentilezas entre os pares (ou trios, ou quádruplos...) se esvaíam ou esgotem, mas que aprendamos a construir um amor que não tenha como base o cerceamento dos modos de vida de uma outra pessoa.

Nesse sentido, a categoria “*estratégias de enfrentamento à violência*”, defende o amor livre como alternativa relacional à monogamia patriarcal. Para Daniela Mares (2022) esta é uma forma de relação que se sustenta na comunicação, no respeito, na autonomia, na eliminação de hierarquias e na responsabilidade.

Relacionar-se a partir do amor livre representa um cenário que pode contribuir

para a paz porque nos ensina a analisar a violência, deixar de normalizá-la e transformá-la em harmonia para que as mulheres e até o resto da população possam desfrutar de uma vida livre (Mares, 2022, p. 10 [tradução nossa]).

O artigo de Daniela Mares (2022) foi o único estudo dos sete selecionados nesta pesquisa que ousou propor um modo relacional diferente da monogamia, contudo, a perspectiva positiva da autora de que o amor livre traria o fim da violência precisa ser problematizada. Em primeiro lugar é preciso compreender que a monogamia não é apenas um modelo de relação em que duas pessoas escolhem estar juntas. A monogamia faz parte de uma norma social, e por isso autores como Pieper e Bauer (2005) têm chamado este sistema de mononormatividade. Isso significa que a monogamia além de prescrever relações românticas em pares, tem ação direta no sistema legislativo (Porto, 2018), na arquitetura das cidades (Vasallo, 2022), na publicidade (Mogrovejo, 2019) e nos sistemas religiosos, especialmente cristãos (Núñez, 2023).

Nas sociedades ocidentais, desde que nascemos estamos culturalmente inseridos em uma norma monogâmica, somos bombardeados por conteúdos românticos que nos ensinam uma forma de amar que tem a posse, o controle e o ciúme como base. A construção da nossa subjetividade através da monogamia faz com que mesmo que escolhamos racionalmente aderir a outras formas de viver o amor, corramos o risco de “tropeçar na norma”, ou seja, ampliamos quantitativamente nossos amores, mas continuamos agindo a partir da lógica monogâmica.

Para Brigitte Vasallo (2022, p. 37), “a monogamia não se desarticula transando mais nem se apaixonando simultaneamente por mais pessoas, mas construindo relacionamentos de uma maneira diferente [...]”. A não-monogamia (que conceitualmente é diferente do amor livre) consiste em uma crítica à mononormatividade, visto que, muitas relações ditas livres, abertas ou poliamorosas, mantêm a mesma estrutura de poder centrada no homem cisgênero, que segue cerceando o corpo e a subjetividade feminina (Núñez, 2023).

O enfrentamento da violência conjugal, especialmente contra as mulheres, necessita da desarticulação do sistema monogâmico, assim como do patriarcado colonial que opera para naturalizar a monogamia como sistema único e universal. Mais do que abrir nossas relações amorosas, precisamos operar a partir de uma outra lógica dos afetos, desnaturalizando discursos que se pretendem universais e compreendendo a quem serve a manutenção da monogamia e o silenciamento desta como pilar da violência contra mulheres.

Considerações Finais

A partir dos resultados encontrados, algumas questões podem ser colocadas. Em primeiro lugar, é preciso que nos atentemos à escassez de estudos que relacionem monogamia e violência, como bem mencionou Na Pai (2011). Além disso, mesmo que não tenha sido definido um critério temporal para a coleta, o primeiro artigo publicado sobre o tema, encontrado nas bases de dados analisadas, data de 2016, o que demonstra sua recente discussão no âmbito científico. E, ainda que sete artigos tenham sido selecionados para esta revisão, os estudos são tímidos em apresentar a mononormatividade como um sistema de opressão que tem sido um dos pilares de sustentação para a inteligibilidade do feminicídio.

O que se pode observar é que, embora os sete estudos tenham apresentado discursivamente a relação entre monogamia e violências/feminicídios, a monogamia foi explorada pelos autores mais como um modelo relacional do que como um sistema normativo. Salientamos a necessidade de virada de chave conceitual para a compreensão da monogamia como mononormatividade, assim como um dia tal virada foi necessária entre heterossexualidade e heteronormatividade. Mais do que uma escolha relacional, a monogamia prescreve condutas e é embutida em nosso processo de subjetivação como se fosse parte do nosso sangue. Para algumas pessoas, pensar modos de relação fora da monogamia não é nem mesmo inteligível.

Ademais, temos defendido a ideia de que, ao pensarmos nas violências produzidas no sistema patriarcal, possamos colocar em evidência a participação da monogamia como produtora da morte de mulheres. Neste sentido, defendemos que nos casos de feminicídio motivados por elementos relacionados ao sistema monogâmico, como ciúme, infidelidade e separação, possamos nomeá-los como feminicídios mononormativos, e assim descortinar o véu que tem encoberto tais crimes sob a alcunha dos crimes de honra.

A monogamia é uma herança colonial do patriarcado, portanto não deve ser analisada de forma isolada. Com isso, buscamos salientar que, embora os achados desta revisão apontem a relação entre monogamia e violência, faz-se necessário que ela seja compreendida de forma entrelaçada a outros sistemas de opressão como raça, classe, colonização, machismo e heteronormatividade. A violência contra mulheres não é fruto de uma raiz única, mas de múltiplas intersecções que se reproduzem genealogicamente de forma rizomática.

Apontamos que ainda que tenhamos coletado artigos em seis bases de dados

amplamente reconhecidas por seu alcance, as possibilidades de pesquisa não se esgotam e, provavelmente, outros artigos que discutam o tema existam, mas não foram indexados nas referidas bases. Reconhecemos que bases de dados relevantes foram excluídas desta revisão integrativa devido à necessidade de pagamento para acessá-las, e entendemos que uma discussão mais ampla sobre a comercialização da ciência se faz necessária, embora este não seja o objetivo deste manuscrito. Apesar dessas limitações, empenhamo-nos em selecionar cuidadosamente bases de dados de acesso livre que abrangessem a América Latina, a Europa e demais fontes internacionais, abarcando estudos realizados em diversas localidades e provenientes de distintas áreas de estudo. No decorrer deste estudo foi possível identificar que a discussão sobre mononormatividade e violências está mais presente em livros e blogs do que em artigos científicos, portanto, parece frutífera uma nova pesquisa considerando esses espaços de coleta.

Referências

- Azevedo, S. F. L. (2019). A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual. *História (São Paulo)*, 38(1), 1-19. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019053>
- Bard, G. W. (2018). Las violencias romantizadas: masculinidades hegemónicas en el capitalismo tardío y heteropatriarcal. *Apóstata. Revista de Ciencias Sociales*, (77), 59-100. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495957375002>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Berger, A., Karpel, P., Lejbowicz, J., & Racki, G. (2021). Una lectura posible de la violencia de género desde el psicoanálisis. *Anuario de Investigaciones*, 28(1), 181-185. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=369170422048>
- Blay, E. A. (2008). *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: USP, Curso de Pós Graduação em Sociologia: Editora 34.
- Caicedo-Roa, M.; Cordeiro, R. C.; Martins, A. C. A. & Faria, P. H. (2019). Femicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(6), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110718>
- Cavaler, C. M. (2021). “A culpa foi dela”: problematizações sobre a rede enunciativa que confere inteligibilidade ao feminicídio. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Florianópolis.

- Cavaler, C. M.; Souza, D. C. & Beiras, A. (2022). Motivações para o crime de feminicídio: revisão integrativa da literatura. *Quaderns de psicologia*, 24(2), p. 1-19. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1735>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Del Priore, M. (2019). *História do amor do Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Dobash, E. & Dobash, R. (2016). Contacts with the Police and Other Agencies across the Life-Course of Men Who Murder an Intimate Woman Partner. *Policing: a Journal of Policy and Practice*, 10(4), 408-415. <https://doi.org/10.1093/police/paw011>
- Eluf, L. N. (2017) *A paixão no banco dos réus* (9ª ed). São Paulo: Saraiva.
- Engels, F. (2020). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Falkof, N. (2017). “The devil destroyed us”: Satanism and gender violence in South Africa. *Feminist Media Studies*, 17(3), 426-439. <https://doi.org/10.1080/14680777.2016.1235597>
- Federici, S. (2018). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP. Recuperado de: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Foucault, M. (2018). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Ganong, L. H. (1987). Integrative reviews of nursing research. *Research in nursing & health*, 10(1), 1-11. <https://doi.org/10.1002/nur.4770100103>
- Gómes, H. C. (2013). La utopía romántica posmoderna. *El Rincón de Haika*. Recuperado de: <https://haikita.blogspot.com/2013/05/la-utopia-romantica-de-la-posmodernidad.html>
- Gonçalves, I. V. (2021). Matemática dos afetos, dissensos e sentidos sociais acerca das noções de “monogamia” e “não-monogamia”. *Teoria e cultura*, 16(3), 61-75. Recuperado de: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34430>
- Gonzalez-Barrientos, M., & Napolitano, S. (2016). El sueño amoroso e suas lógicas de guerra. Notas psicoanalíticas sobre el amor, el deseo y el odio. *Clínica Psicología*, 28 (3),93-115. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291052546006>

- Hearn K. D., O'Sullivan L. F., El-Bassel N., & Gilbert L. (2005). Intimate partner violence and monogamy among women in methadone treatment. *AIDS Behav.*, 9(2),177-86. Doi: 10.1007/s10461-005-3899-6
- Karbeyaz, K.; Yetis, Y.; Günes, A. & Simsek, U. (2018) Intimate Partner Femicide in Eskisehir, Turkey: 25 Years Analysis. *Journal of Forensic and Legal Medicine*. 1(60), 56-60. <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2018.10.002>
- Mares, D. Q. (2022). Resocializar los vínculos para prevenir la violencia contra las mujeres. El amor libre como una alternativa relacional y comunicacional para eliminar la opresión de género. *Revista Mexicana de Comunicación*, 150, 1-11. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8795349>
- Meneghel, S. N. & Margarites, A. F. (2017). Femicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(12), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00168516>
- Mogrovejo, N. (2019) *Contra-amor. Descolonizando el Amor y la Política de los Afectos*. Disponível em: <http://normamogrovejo.blogspot.com/2019/04/contra-amor.html>
- Moreira, V. M. L. (2018). Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. *Topoi [online]*, 19(39), pp. 29-52. <https://doi.org/10.1590/2237-101X01903902> .
- Moreschi, C.; Broi, U.; Zamai, V. & Palese, F. (2016). Medico legal and epidemiological aspects of femicide in a judicial district of north eastern Italy. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 39(1), 65-73. <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2016.01.017>
- Na Pai (2011). “Desmontando la cultura de la monogamia”. *Brotbord.blogspot.com y difonlaidea*. Recuperado de: <https://distribuidorapeligrosidadsocial.files.wordpress.com/2011/11/desmontando-lacultura-de-la-monogamia-3-0.pdf>
- Nascimento, F. S., & Cordeiro, R. L. M. (2011). Violência no namoro para jovens moradores de Recife. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 516-525. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000300009&script=sci_arttext&tlng=pt
- Navarro, P. P. (2021). Ordem e perigo: superfícies do corpo político. *Transformação*, 44(1), 327–346. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n1.24.p327>
- Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Planeta do Brasil.

- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G., Njaine, K., & Pires, T. O. (2016). Violência física perpetrada por ciúmes no namoro de adolescentes: um recorte de gênero em dez capitais brasileiras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), p. 1-12. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fMgRd3XppcnYhfsGXntMPqD/abstract/?lang=pt>
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- Pieper, M. & Bauer, R. (2005) Mono-normativity and polyamory. In: *International Conference on Polyamory & Mono-Normativity*, Hamburgo, 2005. Abstracts & Introducing the Speakers. Hamburgo: University of Hamburg.
- Pilão, A. (2021). Normas em movimento: monogamia e poliamor no contexto jurídico brasileiro. *Teoria e cultura*. 16(3), 9.103-115. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.36398>
- Pimentel, S.; Pandjarian, V. & Belloque, J. (2006). “Legítima defesa da honra”: Ilegítima impunidade de assassinos: um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. In: Corrêa, M. & Souza, E. R. *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre os crimes de honra*. (pp. 65-135). Campinas: Pagu - Núcleos de Estudos de Gênero.
- Porto, D. (2018). Mononormatividade, intimidade e cidadania. *Revista Direito GV*, 14(2), 654-681. <https://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201825>
- Ramos, M. D. (2012). Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 20(1), 53-73. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100004>
- Redondo, D. B. (2019). Recursos de legitimación en torno a prácticas encubiertas de dominación masculina en la sociedad costarricense. Subterfugios de una hegemonía en declive. *Revista Costarricense de Psicología*, 38(2), 9. 125-148. Doi: <http://dx.doi.org/10.22544/reps.v38i02.02>
- Rubin, G. (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: Edição SOS Corpo.
- Ruiz, R. (2019). Diferencias entre feminicidios precedidos y no precedidos por la separación de la pareja. *Revista Española De Investigación Criminológica*, 17(1), 1-24. <https://reic.criminologia.net/index.php/journal/article/view/167>
- Santos, V. B. & Castellano, M. Q. (2020). Problematizando o conceito de vítima em atendimento a mulheres em situação de violência desde uma perspectiva interdisciplinas. In: Batista, A. P. & Cadan, D. *Violências, vulnerabilidade e*

psicologia: um olhar para o sistema de justiça (143-155). São Paulo: Tirant lo Blanch.

Segato, R. L. (2014). Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, 29(2), 341-371. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200003>

Souza, D., Alves, M. S., & Beiras, A. (2021). Violência nas relações íntimas entre mulheres. Revisão integrativa da literatura. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 55(2),1-21. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28474830007>

Vasallo, B. (2022). *Desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos*. Elefante.

Venturi, G. (2014). Masculinidades e violência de gênero: machismo e monogamia em cena. In: Blay, E. A. *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 149-173). São Paulo: Cultura Acadêmica.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.